



CONGRESSO NACIONAL
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS,
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

PROJETO DE LEI
ORÇAMENTÁRIA PARA 2011

(Projeto de Lei n.º 59/2010-CN)

ÁREA TEMÁTICA VIII

**PODERES DO ESTADO E
REPRESENTAÇÃO**

RELATÓRIO APRESENTADO

Deputado WALDEMIR MOKA (PMDB/MS)
Presidente da CMO

Senador ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
Relator Setorial

06/12/2010



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2011
(PL nº 59, de 2010-CN)

Área Temática VIII
PODERES DO ESTADO E
REPRESENTAÇÃO

RELATÓRIO

Relator Setorial: **Senador ADELMIR SANTANA – DEM/DF**

Brasília, 06 de dezembro de 2010

PARECER N.º , DE 2010

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre as despesas relativas à **Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação**, incluídas no Projeto de Lei nº 59, de 2010-CN (Mensagem nº 121, de 2010-CN; nº 531, de 2010, na origem), que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011”.

Autor: **Poder Executivo**
Relator Setorial: **Senador ADELMIR SANTANA – DEM/DF**

I – RELATÓRIO

I.1 – INTRODUÇÃO

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no uso das atribuições previstas na Constituição Federal – CF/88, enviou à apreciação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 121, de 2010-CN (531, de 2010, na origem), o Projeto de Lei nº 59, de 2010-CN (PLOA 2011), que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011”.

A competência para examinar e emitir parecer sobre o projeto é da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, de acordo com o art. 166, § 1º, inciso I, da CF/88. Coube-nos a honrosa tarefa de relatar a matéria, no que tange à Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação, incluindo as emendas respectivas.

I.2 – ANÁLISE

I.2.1 – Proposta Orçamentária

Abrangência setorial

A Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação compõe-se da programação orçamentária dos órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Ministério Público da União, da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores. Além de compreender programações dos três Poderes da República, é a Área que abrange o maior número de órgãos orçamentários e a que atende o maior número de comissões permanentes no âmbito do Congresso Nacional. Os órgãos e respectivas unidades estão relacionados no Anexo I a este Relatório.

Entre as várias atribuições desta Área, de impacto direto na sociedade, estão as programações relacionadas com ações afirmativas para as

mulheres, crianças, adolescentes e idosos e as relacionadas com a prevenção e combate à homofobia, a proteção e promoção dos direitos humanos, o fomento à igualdade étnica e racial e a defesa dos direitos da pessoa com deficiência.

Atendimento das normas

Em observância ao disposto no item 35.1.1. do Parecer Preliminar, esta Relatoria esclarece que não identificou, relativamente à presente Área Temática, qualquer incompatibilidade do PLOA 2011 com a Constituição Federal, com o PPA 2008/2011 e com a LDO 2011.

Valores constantes do projeto de lei

O valor orçado para 2011 no âmbito desta Área soma R\$ 49,7 bilhões, incluídas as dotações do orçamento de investimento das estatais (R\$ 704,6 milhões), conforme a tabela 1, abaixo.

PLOA 2011 - ÁREA TEMÁTICA VIII - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO
Detalhamento do PL por Poder e Órgão

Tabela 1 R\$1,00

| PODER | ÓRGÃO | DOTAÇÕES | PARTICIPAÇÃO % | |
|-------------------------|-------------------------------------------------------|-----------------------|----------------|---------------|
| | | | No Poder | Na Área VIII |
| LEGISLATIVO | 01000 - CÂMARA DOS DEPUTADOS | 4.092.418.168 | 46,70 | 8,23 |
| | 02000 - SENADO FEDERAL | 3.325.196.076 | 37,95 | 6,68 |
| | 03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO | 1.344.708.429 | 15,35 | 2,70 |
| | Subtotal | 8.762.322.673 | 100,00 | 17,61 |
| JUDICIÁRIO ¹ | 10000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL | 495.651.765 | 1,83 | 1,00 |
| | 11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA | 922.127.955 | 3,40 | 1,85 |
| | 12000 - JUSTIÇA FEDERAL | 6.836.892.392 | 25,19 | 13,74 |
| | 13000 - JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO | 361.136.340 | 1,33 | 0,73 |
| | 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL | 4.368.872.698 | 16,10 | 8,78 |
| | 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO | 12.338.805.151 | 45,46 | 24,80 |
| | 16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS | 1.621.610.338 | 5,97 | 3,26 |
| | 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA | 198.919.644 | 0,73 | 0,40 |
| Subtotal | 27.144.016.283 | 100,00 | 54,57 | |
| EXECUTIVO | 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA | 7.863.732.075 | 78,20 | 15,81 |
| | 35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES | 2.192.512.421 | 21,80 | 4,41 |
| | Subtotal | 10.056.244.496 | 100,00 | 20,22 |
| MPU ² | 34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO | 3.684.047.727 | 97,42 | 7,41 |
| | 59000 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO | 97.614.736 | 2,58 | 0,20 |
| | Subtotal | 3.781.662.463 | 100,00 | 7,60 |
| Total | | 49.744.245.915 | - | 100,00 |

Fonte: Siga Brasil

Dados atualizados até 25/11/2010

¹ - Excluídos os precatórios, que passaram a integrar o Órgão 71.000 - Encargos Financeiros da União desde 2010.

² - MPU separado do Poder Executivo para demonstração.

A maior parcela das dotações, cerca de 54%, está alocada nos órgãos do Poder Judiciário. Somente a Justiça do Trabalho concentra 25% do total da programação. Entre os Poderes, o Legislativo tem a menor participação nos recursos, com 18%. Ao Ministério Público da União foram reservadas 7,6% das dotações.

Entre os órgãos, os Conselhos Nacional do Ministério Público e Nacional de Justiça detêm as menores participações, com 0,20% e 0,40%, respectivamente, muito embora o Conselho Nacional do Ministério Público

tenha obtido incremento de 208% em suas dotações em relação ao valor autorizado para 2010 até 25 de novembro último.

I.2.2 – Execução Orçamentária Recente

Nas demonstrações a seguir, foram excluídas as dotações referentes ao orçamento de investimentos das estatais, cujas programações para 2011 constam do Anexo II. A exclusão justifica-se porque as informações respectivas sobre a execução não constam do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, sistema esse em que se registra a execução da despesa. Os dados das empresas são divulgados por meio de sistema próprio (Sistema de Informações das Estatais – SIEST).

De acordo com a tabela 2, abaixo, verifica-se que a maioria dos órgãos teve acréscimo, ainda que nominais, no valor de suas programações constantes do PLOA 2011, em comparação com o autorizado para 2010 (até o dia 25 de novembro p.p.). As únicas exceções dizem respeito ao Ministério das Relações Exteriores – MRE, à Presidência da República, ao Supremo Tribunal Federal e à Justiça Eleitoral, que sofreram redução. Se, no entanto, se fizer a comparação do PLOA 2011 com o PLOA 2010, constatar-se-á que apenas a Justiça Eleitoral viu diminuídos os valores de suas dotações, e certamente por conta do pleito eleitoral, ocorrido em 2010 mas não previsto para 2011.

ÁREA TEMÁTICA VIII - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO
Execução 2009 x Autorizado 2010 x PLOA 2011*

Tabela 2 R\$ 1,00

| Poder | Órgão | 2009 | | 2010 | | 2011 | Evolução % |
|-----------------|-------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|---------------|
| | | Autorizado (A) | Liquidado (B) | PLOA (C) | Autorizado (D) | PLOA (E) | (E/D) |
| LEGISLATIVO | 01000 - CÂMARA DOS DEPUTADOS | 3.494.849.061 | 3.197.027.245 | 3.404.611.073 | 3.825.271.365 | 4.092.418.168 | 106,98 |
| | 02000 - SENADO FEDERAL | 2.742.975.855 | 2.615.122.932 | 2.756.507.999 | 3.102.173.445 | 3.325.196.076 | 107,19 |
| | 03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO | 1.283.671.104 | 1.277.553.107 | 1.329.945.593 | 1.334.097.924 | 1.344.708.429 | 100,80 |
| | Subtotal | 7.521.496.020 | 7.089.703.285 | 7.491.064.665 | 8.261.542.734 | 8.762.322.673 | 106,06 |
| JUDICIÁRIO | 10000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL | 568.109.161 | 535.314.436 | 481.807.211 | 518.935.728 | 495.651.765 | 95,51 |
| | 11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA | 886.935.091 | 877.062.874 | 871.334.177 | 890.531.168 | 922.127.955 | 103,55 |
| | 12000 - JUSTIÇA FEDERAL | 6.511.758.086 | 6.442.561.814 | 6.665.398.364 | 6.836.011.128 | 6.836.892.392 | 100,01 |
| | 13000 - JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO | 320.756.649 | 314.662.144 | 348.979.287 | 350.040.837 | 361.136.340 | 103,17 |
| | 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL | 4.400.350.373 | 4.276.635.037 | 5.164.848.745 | 5.217.137.354 | 4.368.872.698 | 83,74 |
| | 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO | 11.091.708.903 | 11.014.241.521 | 11.810.177.826 | 12.076.104.633 | 12.338.805.151 | 102,18 |
| | 16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS | 1.421.579.467 | 1.418.807.297 | 1.538.831.016 | 1.558.520.820 | 1.621.610.338 | 104,05 |
| | 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA | | | 193.043.068 | 164.553.656 | 198.919.644 | 120,88 |
| Subtotal | 25.201.197.730 | 24.879.285.124 | 27.074.419.694 | 27.611.835.324 | 27.144.016.283 | 98,31 | |
| EXECUTIVO | 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA | 8.304.784.253 | 7.334.268.460 | 7.083.893.711 | 8.348.272.829 | 7.159.141.334 | 85,76 |
| | 35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES | 2.096.962.945 | 1.762.366.788 | 2.146.270.616 | 2.460.494.566 | 2.192.512.421 | 89,11 |
| | Subtotal | 10.437.906.226 | 9.121.256.764 | 9.230.164.327 | 10.808.767.395 | 9.351.653.755 | 86,52 |
| MPU | 34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO | 3.345.387.818 | 3.264.906.853 | 3.520.470.728 | 3.604.271.763 | 3.684.047.727 | 102,21 |
| | 59000 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO | | | 23.999.351 | 31.638.891 | 97.614.736 | 308,53 |
| | Subtotal | 3.345.387.818 | 3.264.906.853 | 3.544.470.079 | 3.635.910.654 | 3.781.662.463 | 104,01 |
| Total | 46.505.987.794 | 44.355.152.026 | 47.340.118.765 | 50.318.056.107 | 49.039.655.174 | 97,46 | |

Fonte: Siga Brasi

Dados atualizados até: 25/11/2010

* Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, excluídos os precatórios.

Por Poder e comparativamente ainda com o valor autorizado para o corrente exercício financeiro, apenas o Legislativo obteve aumento no total programado (6%). O Judiciário sofreu redução de 1,7% e o Executivo

(Presidência e MRE), de 13,5%. O MPU, que goza de autonomia orçamentária e financeira, teve acréscimo de 4%.

Confrontando o PLOA 2011 com os valores executados em 2009 (liquidados), as dotações da Área foram acrescidas de aproximadamente 10%. O Poder Legislativo foi beneficiado com o maior acréscimo (23%) e o Executivo com o menor (2%).

Programação por natureza da despesa

Analisando-se a evolução das despesas por natureza, identificam-se mais pontualmente as variações. A tabela 3 abaixo evidencia que, em comparação com os valores constantes do PLOA 2010, o agrupamento de outras despesas correntes (3-ODC), pessoal e encargos (1-PES) e inversões financeiras (5-IFI) foram contemplados com aumento das dotações em 1%, 5% e 80%, respectivamente. No entanto, quando se confronta o PLOA 2011 com os valores autorizados para 2010 até novembro último, verifica-se que apenas o grupo 5-IFI tem aumento nas suas dotações (27%), sendo que 1-PES mantém-se praticamente estável (variação positiva de 0,6%) e 3-ODC sofre queda de 3%.

ÁREA TEMÁTICA VIII - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO
Execução 2009 x Autorizado 2010 x PLOA 2011 - Por GND*

Tabela 3

R\$ 1,00

| GND | 2009 | | 2010 | | 2011 | | Evolução % | |
|--------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|---------------|--------------|---------------|
| | Autorizado (A) | Liquidado (B) | PLOA (C) | Autorizado (D) | PLOA (E) | % | (E/D) | (E/C) |
| 1-PES | 33.984.134.640 | 33.629.657.020 | 35.097.347.711 | 36.613.990.755 | 36.828.893.312 | 75,10 | 100,59 | 104,93 |
| 2-JUR | 3.617.388 | 1.709.642 | 4.616.970 | 4.616.970 | 2.284.735 | 0,00 | 49,49 | 49,49 |
| 3-ODC | 8.331.534.922 | 7.491.946.273 | 9.211.502.509 | 9.643.603.912 | 9.361.445.640 | 19,09 | 97,07 | 101,63 |
| 4-INV | 3.364.278.160 | 2.599.848.394 | 2.586.455.424 | 3.376.602.355 | 2.143.326.607 | 4,37 | 63,48 | 82,87 |
| 5-IFI | 718.426.556 | 628.911.053 | 329.400.000 | 468.445.964 | 595.285.456 | 1,21 | 127,08 | 180,72 |
| 6-AMO | 3.176.660 | 3.079.638 | 3.208.308 | 3.208.308 | 3.120.958 | 0,01 | 97,28 | 97,28 |
| 9-RES | 100.819.468 | 0 | 107.587.843 | 207.587.843 | 105.298.466 | 0,21 | 50,72 | 97,87 |
| Total | 46.505.987.794 | 44.355.152.026 | 47.340.118.765 | 50.318.056.107 | 49.039.655.174 | 100,00 | 97,46 | 103,59 |

Fonte: Siga Brasil

Dados atualizados até: 25/11/2010

* Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, excluídos os precatórios.

A redução da aplicação de recursos para *investimentos* na Área é evidente. Em relação ao PLOA 2010, a diminuição é pouco maior que 17%; em relação ao valor autorizado para 2010, o corte, no entanto, se aproxima dos 36%.

Orçamentos por esfera

Examinando-se o comportamento da programação por esfera orçamentária (tabela 4), constata-se o incremento total de 4% nas dotações da Área VIII, em comparação com o valor do PLOA 2010. O detalhamento dessa variação não foi uniforme entre as esferas orçamentárias. O orçamento de investimento das estatais (Secretaria de Portos da Presidência da República), por exemplo, praticamente dobrou de volume (aumento de 99%).

PLOA 2011 - ÁREA TEMÁTICA VIII - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO
Execução 2009 x Autorizado 2010 x PLOA 2011 - Por Esfera Orçamentária*

Tabela 4

RS 1,00

| Esfera | 2009 | | 2010 | | 2011 | Evolução % | |
|--------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|--------------|---------------|
| | Autorizado (A) | Liquidado (B) | PLOA (C) | Autorizado (D) | PLOA (E) | (E/D) | (E/C) |
| ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL | 7.965.598.222 | 7.884.885.592 | 7.853.910.297 | 8.551.702.149 | 8.629.562.573 | 100,91 | 109,88 |
| ORÇAMENTO FISCAL | 38.540.389.572 | 36.470.266.435 | 39.486.208.468 | 41.766.353.958 | 40.410.092.601 | 96,75 | 102,34 |
| ORÇAMENTO INVESTIMENTO | | | 354.501.128 | | 704.590.741 | | 198,76 |
| Total | 46.505.987.794 | 44.355.152.026 | 47.694.619.893 | 50.318.056.107 | 49.744.245.915 | 98,86 | 104,30 |

Fonte: Siga Brasil

Dados atualizados até: 25/11/2010

* excluídos os precatórios no Poder Judiciário.

O orçamento da seguridade social foi aumentado em 10%, em relação ao PLOA 2010, e em 3% em relação ao valor autorizado para o mesmo ano, até 25 de novembro p.p. Por outro lado, o orçamento fiscal sofreu redução de 3% em relação ao autorizado para 2010 e acréscimo de 2% em relação ao PLOA 2010.

I.2.3 – Créditos Extraordinários e Especiais Aprovados nos Últimos Quatro Meses de 2010

Em atenção ao disposto no item 35.1.3 da Parte Especial do Parecer Preliminar, não existem créditos especiais e extraordinários aprovados a partir de setembro do corrente ano, com repercussão nesta Área Temática. No entanto, tramitam no Congresso Nacional seis projetos de crédito, todos do tipo “especial”, que poderão ser aprovados até o final deste exercício, cujas programações integram esta Área. A relação dos créditos, órgãos e unidades beneficiários, bem como dos respectivos impactos financeiros, consta do Anexo III deste Relatório.

O valor total dos créditos em apreciação soma R\$ 195,7 milhões, fracionados em órgãos de todos os Poderes, no âmbito das três esferas orçamentárias. Embora expressivo, esse montante pouco acrescenta aos valores já autorizados no orçamento de 2010, uma vez que os créditos decorrem basicamente do cancelamento de outras programações. Mesmo assim, esse pequeno acréscimo alarga a diferença entre o autorizado para 2010 e o que foi alocado no PLOA 2011, ora em exame (v. tabela 2, retro).

Essa constatação nos autoriza a supor que as dotações para 2011 não comportam os gastos esperados no âmbito desta Área Temática. Haverá, por conseguinte, a necessidade de suplementações orçamentárias durante a execução, via créditos adicionais, ou o contingenciamento dos gastos, via limitação de empenho.

Ademais, se esses créditos forem reabertos em 2011 (§ 2º do art. 167 da CF/88 combinado com o art. 64 da LDO 2011), implicarão aumento de despesas primárias naquele exercício. Como as fontes de custeio de 2010 serão esterilizadas em 2011 (integrarão as receitas financeiras destinadas ao pagamento de juros da dívida), a reabertura levará à concorrência da execução

dos créditos com a das despesas primárias aprovadas no PLOA 2011. Sendo assim, para que a meta de resultado primário estimada na LDO 2011 não seja afetada, isto é, para que o equilíbrio fiscal previsto seja mantido, também será necessário contingenciar as programações aprovadas no presente processo orçamentário, se se quiser de algum modo viabilizar a execução dos citados créditos.

I.3 – EMENDAS APRESENTADAS

As ações orçamentárias da Área VIII receberam originalmente 492 emendas, sendo 36 coletivas (33 de apropriação e 3 de remanejamento) e 456 individuais. Das coletivas, 12 (todas de apropriação) foram apresentadas por bancadas estaduais e 24 (21 de apropriação e 3 de remanejamento), por comissões permanentes. Das emendas individuais, 400 foram apresentadas por deputados federais e 56, por senadores.

No total, as emendas pretendem alocar R\$ 3.383,5 milhões, dos quais R\$ 3.212,8 milhões referentes a emendas coletivas (representando 95% do total) e R\$ 170,6 milhões referentes às emendas individuais (5%).

A tabela 5 detalha as emendas por tipo de autor e de emenda, quantidade de autor e de emendas e montantes requeridos:

ÁREA TEMÁTICA VIII - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO
Emendas Apresentadas por Autor e por Tipo

Tabela 5 R\$1,00

| AUTORIA | | EMENDAS | | VALOR SOLICITADO |
|-------------------------------|------------|---------------|------------|----------------------|
| Tipo | Qdade | Tipo | Qdade | |
| BANCADA ESTADUAL | 10 | APROPRIAÇÃO | 12 | 747.900.000 |
| COMISSÃO CÂMARA DOS DEPUTADOS | 6 | APROPRIAÇÃO | 12 | 651.343.000 |
| COMISSÃO CÂMARA DOS DEPUTADOS | 2 | REMANEJAMENTO | 3 | 47.815.741 |
| COMISSÃO SENADO FEDERAL | 4 | APROPRIAÇÃO | 9 | 1.765.800.000 |
| DEPUTADO FEDERAL | 211 | APROPRIAÇÃO | 400 | 151.245.000 |
| SENADOR | 33 | APROPRIAÇÃO | 56 | 19.350.000 |
| Totais | 266 | | 492 | 3.383.453.741 |

Fonte: Siga Brasil - Senado Federal

I.4 – ATUAÇÃO DA RELATORIA

I.4.1 – Atendimento das Emendas

Recursos disponíveis

Os recursos para atendimento das emendas originaram-se, conforme demonstrado abaixo, de repasses efetuados pela Relatoria Geral, no valor de R\$ 274 milhões, dos quais R\$ 170,6 milhões destinados ao atendimento integral das emendas individuais e R\$ 103,4 milhões, ao atendimento parcial das emendas coletivas. Tais recursos foram complementados com cancelamentos que tivemos de realizar, na forma mais adiante explicitada.

Tabela 6

| Repasses do Relator-Geral | Valor (R\$1,00) |
|----------------------------------------------|------------------------|
| 1 - para atendimento das emendas individuais | 170.595.000 |
| 2 - para atendimento das emendas coletivas | 103.468.798 |
| TOTAL | 274.063.798 |

O Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE não havia emitido, até a assinatura deste Relatório, seu parecer sobre as emendas coletivas. De todo modo, estamos seguindo a minuta do posicionamento do CAE, a que tivemos acesso.

Adequação das emendas e criação de ações novas

Na elaboração dos pareceres, foram procedidos pequenos ajustes nas emendas apresentadas, bem como saneados eventuais conflitos com a legislação que rege o processo legislativo, a elaboração e a execução do orçamento. Os subtítulos apresentados como atípicos, por exemplo, foram alocados em ações apropriadas, assim como outros receberam redação e enquadramento mais adequados.

Os gabinetes dos parlamentares autores das emendas foram consultados antes dos ajustes; em alguns casos, entretanto, a iniciativa de correção partiu do próprio autor da emenda. Em suma, procurou-se manter os objetivos pretendidos pelos parlamentares e promover as correções necessárias, para torná-las compatíveis com as normas regimentais e legais e evitar a inadmissibilidade das emendas.

Tornou-se necessário, ainda, criar quinze ações para programações não incluídas no PLOA 2011, na forma da tabela 7 abaixo, que contém os códigos criados e respectiva descrição:

Ações Criadas no PLOA 2011 - Área Temática VIII

Tabela 7

| Código | Descrição |
|---------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2E35 | AÇÕES PARA A DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE |
| 7Q61 | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS-SEDES DE PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MPDFT |
| 7Q62 | MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA DO PORTO DO RECIFE |
| 7Q63 | REFORMA E ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO EM BELÉM - PA |
| 7Q64 | CONSTRUÇÃO DE ANEXO DE EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DO TRABALHO |
| 7Q65 | REFORMA, ADAPTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DO TRABALHO |
| 7Q66 | ADEQUAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO EM NATAL - RN |
| 7Q67 | AQUISIÇÃO DO EDIFÍCIO ANEXO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO EM BELO HORIZONTE - MG |
| 7Q68 | CONSTRUÇÃO DE FÓRUMS TRABALHISTAS |
| 7Q69 | REFORMA E AMPLIAÇÃO DE FÓRUMS TRABALHISTAS |
| 7Q70 | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS-SEDES DA JUSTIÇA FEDERAL |
| 7Q71 | REFORMA E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIOS-SEDES DA JUSTIÇA FEDERAL |
| 7Q72 | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS-SEDES DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA |
| 7Q73 | REFORMA E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA |
| 7R05 | AQUISIÇÃO DE EDIFÍCIOS-SEDES DA JUSTIÇA FEDERAL |

Atendimento das emendas individuais e coletivas

Para o atendimento das emendas, esta Relatoria utilizou a totalidade dos recursos transferidos pela Relatoria Geral. Como o montante se mostrou insuficiente diante do conjunto das demandas, esta Relatoria não teve alternativa, senão a de promover cortes pontuais em despesas de investimentos, com amparo no item 30 do Parecer Preliminar, Parte B.

Reconhecemos a essencialidade das despesas alocadas na programação de nossa Área e a importância social, política e administrativa dos órgãos que delas se desincumbem. Por isso, efetuamos o cancelamento somente em dotações com fonte 100 – Recursos Ordinários do Tesouro, GND 4 – Investimentos e indetificadores de resultado primário 2 e 3 (despesa primária discricionária, inclusive PAC), cujos montantes fossem iguais ou superiores a R\$ 10,0 milhões. Nossa opção foi por realizar um corte linear de 5% (cinco por cento).

Obedecidas essas condições, ressalvamos do corte apenas as despesas de investimento incluídas em algumas unidades orçamentárias, cujos representantes nos procuraram, demonstraram e convenceram da inviabilidade do cancelamento. De todo modo, estamos indicando e requerendo ao Senhor Relator Geral que recomponha as dotações reduzidas.

Emendas individuais

Todas as emendas individuais apresentadas nesta Área, considerando os ajustes que realizamos, contam com nosso voto pelo acolhimento e aprovação nos montantes solicitados. Ao final, foram atendidas as 456 emendas desse tipo. Em termos orçamentários, o total do atendimento somou R\$ 170.595.000,00 (cento e setenta milhões, quinhentos e noventa e cinco mil reais).

Emendas coletivas

Não nos resta alternativa, senão apresentar nosso descontentamento em relação ao baixo volume de recursos destinados aos setoriais para alocação nas emendas coletivas. Do total dos R\$ 23,1 bilhões disponíveis para atendimento do conjunto das emendas, apenas a quantia de R\$ 1,7 bilhão (7,3%) foi destinada às dez áreas temáticas. Essa quantia representa pouco mais que 13% do montante destinado exclusivamente à Relatoria Geral (R\$ 12,9 bilhões).

Na Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação, o volume de recursos soma meros R\$ 103,5 milhões, suficientes para contemplar as emendas coletivas no montante médio de apenas R\$ 3,1 milhões. Nesse contexto, cada comissão permanente do Legislativo, com direito a 4 emendas de apropriação, somente poderá ser contemplada pelo setorial com no máximo R\$

12,4 milhões, na média, valor esse inferior ao que é destinado ao parlamentar individualmente.

Para reforçar suas disponibilidades, os setoriais não contam com outra alternativa, senão a de propor os cancelamentos que lhes são permitidos regimentalmente. No entanto, ao optar por esse procedimento, assumem a desconfortável posição de afetar as programações originais, mesmo diante dos apelos dos órgãos pela preservação. Se algum bônus restar desse processo, será apenas da Relatoria Geral, que detém somas para recompor os cancelamentos posteriormente, ainda que em parte. Ficamos nós, os setoriais, apenas com o ônus do corte.

Sem dúvidas, é um desprestígio às áreas temáticas, que ficam sem condição alguma de promover melhorias nas políticas públicas respectivas. A continuar esse processo de esvaziamento da atuação dos setoriais, que não são chamados a participar das decisões superiores e impactantes nos orçamentos (v.g., definição do valor para o salário-mínimo, reajustamento da remuneração dos servidores públicos), as quais demandam elevados recursos que seriam destinados às áreas temáticas, o fim dessas relatorias será necessário e até inevitável, mas extremamente negativo para o processo.

Este não é um defeito iniciado na corrente apreciação legislativa do orçamento, mas é preciso uma conduta forte e efetiva para minar-lhe o aprofundamento, haja vista o que o histórico desta CMO nos revela quanto aos perigos da concentração de poderes.

Já tratando especificamente do acolhimento das emendas, primeiro nos reportamos às de *remanejamento*, que somente podem ser atendidas, por força do disposto na Resolução nº 1, de 2006-CN (art. 38, § 1º), com as fontes indicadas em cada emenda. Foram apresentadas três emendas desse tipo nesta Área (emendas 50170006, 50310003 e 50310004).

Quanto à emenda nº 50170006, de autoria da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, que conta com parecer do CAE pela admissibilidade, estamos propondo, no mérito, sua rejeição. Tal emenda altera a programação definida pelo Tribunal Superior Eleitoral, sendo que essa Corte, por intermédio de seus representantes, manifestou absoluta contrariedade ao pleito.

Relativamente à emenda 50310003, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, que também conta com parecer do CAE pela admissibilidade, somos também pela rejeição da emenda, no mérito. Nesse caso, objetiva-se remanejar R\$ 30 milhões das programações ordinárias da Câmara dos Deputados, para criar ação em favor daquela Comissão. Contudo, a administração da Câmara propugnou pelo não acolhimento da emenda, haja vista a clara desorganização das finanças do órgão voltadas para o cumprimento das obrigações já compromissadas.

Ditas emendas 50170006 e 50310003, demais disso, não cumpriram com o disposto no parágrafo único do art. 147 da Resolução nº 1, de 2006-CN, porquanto não apresentaram na justificacão a avaliacaão dos cortes propostos. Tal falha reforça as razões, dos órgaos atingidos, pelo seu não atendimento.

Sobre a última emenda de remanejamento (50310004), o CAE manifestou-se pela inadmissibilidade, posicão idêntica à que tem esta Relatoria, em virtude das disposições regimentais. Não cabe, assim, análise de mérito.

No que tange às emendas coletivas de *apropriacão*, não temos dúvidas de que todas as propostas mereciam acolhimento de nossa parte e implementacão pelo poder público. Mas não tínhamos elementos suficientes para aferir a coesão entre o valor demandado, o objeto pretendido e as metas previstas. Além disso, é improvável um critério absolutamente justo, para atender a necessidade de valorar cada proposta em meio às demais, haja vista a já comentada escassez de recursos com que estamos trabalhando.

Na tarefa da distribuicão dos parques valores, fomos orientados basicamente, portanto, pelo nosso julgamento do mérito e pela manifestacão convincente dos autores das emendas e dos órgaos beneficiários das programações contempladas.

Diante dessas circunstâncias, optamos por estabelecer e alocar o valor médio de R\$ 6 milhões na maioria das emendas (19 das 36), aquelas que nos pareceram mais fortemente fundamentadas, e atendemos 5 emendas com o valor de R\$ 3 milhões, aquelas que mereceram também grande atencão de nossa parte.

Tivemos especial preocupacão com o estado em que se encontra a prestacão jurisdicional em nossa Capital. A necessidade de implantacão urgente de varas no Recanto das Emas, cidade com mais de 130 mil habitantes é cristalina. Isso nos levou a aportar a maior soma de recursos numa só emenda, que beneficia o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. O valor alocado será o mínimo para que esse importante órgao judiciário possa desencadear a implantacão.

Sobre as demais emendas, para que não fossem rejeitadas e, assim, impedidas de mais à frente do processo ser contempladas com recursos do Senhor Relator Geral, trilhamos por atendê-las em partes iguais, com o fracionamento do saldo remanescente. Desse modo, essas emendas poderão também receber maiores somas, seja por conta de eventual reestimativa positiva da receita, seja por força da distribuicão a que se refere o inciso III do art. 57 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Estamos pleiteando, enfim, à Relatoria Geral os recursos necessários para compensar os cortes e acrescer os atendimentos.

I.4.2 – Obras com Índícios de Irregularidades Graves

Identificamos nesta Área, de acordo com a tabela 8 a seguir, dois subtítulos relacionados com indícios de irregularidades graves, em cujo benefício foram alocados recursos no PLOA 2011. Tais subtítulos constam tanto do Anexo VI – Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves do PL, bem como da relação encaminhada ao Congresso Nacional pelo Tribunal de Contas da União no final de novembro corrente.

PLOA 2011 - ÁREA TEMÁTICA VIII - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO
Subtítulos com Índícios de Irregularidades Graves segundo o TCU e o PLOA 2011

R\$1,00

| Órgão (Cod/Desc) | UO (Cod/Desc) | Ação (Cod/Desc) | Subtítulo (Cod/Desc) | GND | PLOA | Vício |
|----------------------------------|------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|-------------------------------|-------|-------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 12000 - JUSTIÇA FEDERAL | 12102 - TRIBUNAL REGIONAL | 11RV - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL | 0101 - EM BRASÍLIA - DF | 4-INV | 50.000.000 | Risco de dano ao erário no encontro de contas resultante da rescisão de contrato. |
| 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA | 20128 - SECRETARIA DE PORTOS | 122E - DRAGAGEM E ADEQUAÇÃO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE SANTOS (SP) | 0035 - NO ESTADO DE SÃO PAULO | 4-INV | 22.000.000 | Inadequação das providências adotadas pela Administração para sanar interferências que possam provocar o atraso da obra. Sobrepreço decorrente de itens considerados em duplicidade. |
| Total | | | | | 72.000.000 | |

Fonte: Relatório do TCU - Selor - SIGA Brasil

Não alocamos qualquer valor para as obras em apreço, mas os subtítulos foram alcançados pelo corte que tivemos de realizar nos investimentos.

I.5 – INDICAÇÕES DA RELATORIA

I.5.1 – Indicação à CMO

Indicamos à CMO, para votação em separado, nos termos do item 35.3, Parte B, do Parecer Preliminar, os subtítulos constantes da tabela 8, acima.

I.5.2 – Indicações à Relatoria Geral

Tendo em vista a escassez de recursos com que esta Relatoria Setorial trabalhou, indicamos e solicitamos ao Relator Geral a alocação de valores:

- a) nas ações objeto de cancelamento por esta Relatoria, a fim de recompor-lhes o valor original; e
- b) nas emendas coletivas de apropriação apresentadas nesta Área, para acrescer os valores atendidos, especialmente naquelas cujo atendimento setorial ficou muito aquém da demanda.

II – VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 59, de 2010-CN, na parte abrangida pela Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação, com as alterações propostas neste Relatório.

Sala da Comissão, em 06 de dezembro de 2010.

Deputado WALDEMIR MOKA
Presidente

Senador ADELMIR SANTANA
Relator

AREA TEMATICA VIII - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO
Órgãos e Unidades Orçamentárias - PLOA 2011

ANEXO I

| PODER LEGISLATIVO | |
|-------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| Órgão | Unidade Orçamentária |
| 01000 - CÂMARA DOS DEPUTADOS | 01101 - CÂMARA DOS DEPUTADOS |
| | 01901 - FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS |
| 02000 - SENADO FEDERAL | 02101 - SENADO FEDERAL |
| 03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO | 03101 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO |
| PODER JUDICIÁRIO | |
| Órgão | Unidade Orçamentária |
| 10000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL | 10101 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL |
| | 11101 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA |
| 11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA | 12101 - JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU |
| | 12102 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A. REGIÃO |
| 12000 - JUSTIÇA FEDERAL | 12103 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIÃO |
| | 12104 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A. REGIÃO |
| | 12105 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A. REGIÃO |
| | 12106 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A. REGIÃO |
| | 13101 - JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO |
| 13000 - JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO | 14101 - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL |
| | 14102 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE |
| 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL | 14103 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS |
| | 14104 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS |
| | 14105 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA |
| | 14106 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ |
| | 14107 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL |
| | 14108 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO |
| | 14109 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS |
| | 14110 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO |
| | 14111 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO |
| | 14112 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL |
| | 14113 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS |
| | 14114 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ |
| | 14115 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA |
| | 14116 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ |
| | 14117 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO |
| | 14118 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ |
| | 14119 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO |
| | 14120 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE |
| | 14121 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL |
| | 14122 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA |
| 14123 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA | |
| 14124 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO | |
| 14125 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE | |
| 14126 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE TOCANTINS | |
| 14127 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA | |
| 14128 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ | |
| | 14901 - FUNDO PARTIDÁRIO |

| | |
|-------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| | 15101 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO |
| | 15102 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1A. REGIÃO - RIO DE JANEIRO |
| | 15103 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIÃO - SÃO PAULO |
| | 15104 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3A. REGIÃO - MINAS GERAIS |
| | 15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A. REGIÃO - RIO GRANDE DO SUL |
| | 15106 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A. REGIÃO - BAHIA |
| | 15107 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6A. REGIÃO - PERNAMBUCO |
| | 15108 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7A. REGIÃO - CEARÁ |
| | 15109 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8A. REGIÃO - PARÁ/AMAPÁ |
| | 15110 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A. REGIÃO - PARANÁ |
| | 15111 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A. REGIÃO - DISTRITO FEDERAL/TOCANTINS |
| 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO | 15112 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11A. REGIÃO - AMAZONAS/RORAIMA |
| | 15113 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12A. REGIÃO - SANTA CATARINA |
| | 15114 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13A. REGIÃO - PARAÍBA |
| | 15115 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14A. REGIÃO - RONDÔNIA/ACRE |
| | 15116 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIÃO - CAMPINAS/SP |
| | 15117 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16A. REGIÃO - MARANHÃO |
| | 15118 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17A. REGIÃO - ESPÍRITO SANTO |
| | 15119 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18A. REGIÃO - GOIÁS |
| | 15120 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19A. REGIÃO - ALAGOAS |
| | 15121 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20A. REGIÃO - SERGIPE |
| | 15122 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21A. REGIÃO - RIO GRANDE DO NORTE |
| | 15123 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22A. REGIÃO - PIAUÍ |
| | 15124 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23A. REGIÃO - MATO GROSSO |
| | 15125 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24A. REGIÃO - MATO GROSSO DO SUL |
| 16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS | 16101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL |
| | 16103 - JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE |
| 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA | 17101 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA |

| PODER EXECUTIVO | | |
|-------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| Órgão | Unidade Orçamentária | |
| 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA | 20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA | |
| | 20102 - GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA | |
| | 20114 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO | |
| | 20118 - AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN | |
| | 20120 - ARQUIVO NACIONAL | |
| | 20121 - SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS | |
| | 20122 - SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES | |
| | 20125 - CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO | |
| | 20126 - SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL | |
| | 20128 - SECRETARIA DE PORTOS | |
| | 20204 - INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ITI | |
| | 20205 - COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC | |
| | 20206 - COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA | |
| | 20207 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA | |
| | 20208 - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP | |
| | 20210 - COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP | |
| | 20211 - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ | |
| | 20212 - COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN | |
| | 20225 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA | |
| | 20415 - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC | |
| | 20926 - FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS - FUNAD | |
| | 20927 - FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL | |
| | 20928 - FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE - FNCA | |
| | 20929 - FUNDO NACIONAL DO IDOSO - FNI | |
| | 34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO | 34101 - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL |
| | | 34102 - MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR |
| | | 34103 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS |
| | | 34104 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO |
| | | 34105 - ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO |
| 35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES | 35101 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES | |
| | 35201 - FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO | |
| 59000 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO | 59101 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO | |

Fonte: Siga Brasil - Senado Federal

ÁREA TEMÁTICA VIII - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO
Investimentos das Estatais - PLOA 2011

ANEXO II

20205 - COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC

R\$ 1,00

| Programa (Cod/Desc) | Ação (Cod/Desc) | PLOA |
|---------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|
| 0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 4101 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS | 400.000, |
| | 4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | 350.000, |
| | 4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO | 200.000, |
| 1459 - VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL | 100G - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GRUPOS GERADORES NO PORTO DE FORTALEZA (CE) | 5.800.000, |
| | 100K - AMPLIAÇÃO DA GUARITA DA PLATAFORMA DE ATRACAÇÃO DO PÍER PETROLEIRO NO PORTO DE FORTALEZA (CE) | 100.000, |
| | 100M - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE PESAGEM RODOVIÁRIA E FERROVIÁRIA NO PORTO DE FORTALEZA (CE) | 330.000, |
| | 101N - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE PROTEÇÃO CATÓDICA DAS TUBULAÇÕES ENTERRADAS DA ALIMENTAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA NAVIOS NO PORTO DE FORTALEZA (CE) | 100.000, |
| | 100U - CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM PARA CARGA GERAL NO PORTO DE FORTALEZA (CE) | 1.600.000, |
| | 100W - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DEFENSAS NO PORTO DE FORTALEZA (CE) | 163.862, |
| | 123K - IMPLANTAÇÃO DE NOVO SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO NO PORTO DE FORTALEZA (CE) | 2.800.000, |
| | 123Q - ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A NAVIOS NO PORTO DE FORTALEZA (CE) | 100.000, |
| | 12LM - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE CONTEINERES NO PORTO DE FORTALEZA (CE) | 6.000.000, |
| | 12LO - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL MARÍTIMO DE PASSAGEIROS NO PORTO DE FORTALEZA (CE) | 15.000.000, |
| | 1307 - RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO CAIS COMERCIAL E PIER PETROLEIRO DO PORTO DE FORTALEZA (CE) | 3.100.000, |
| | 130W - INSTALAÇÃO DE TOMADAS PARA CONTEINERES FRIGORÍFICOS NO PORTO DE FORTALEZA (CE) | 100.000, |
| | 131I - AQUISIÇÃO DE ARMAZÉM ESTRUTURADO REMOVÍVEL PARA O PORTO DE FORTALEZA (CE) | 100.000, |
| | 1893 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO ELÉTRICA DO PORTO DE FORTALEZA (CE) | 4.900.000, |
| | 5490 - DERROCAMENTO NO PORTO DE FORTALEZA (CE) | 100.000, |
| | 6504 - ESTUDOS E PROJETOS PARA RACIONALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO PORTUÁRIA E PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE | 1.000.000, |
| | 7417 - ADEQUAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DO PORTO DE FORTALEZA (CE) | 100.000, |
| 7429 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE SINALIZAÇÃO NÁUTICA NO PORTO DE FORTALEZA (CE) | 600.000, | |
| 7433 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA AMBIENTAL NO PORTO DE FORTALEZA (CE) | 120.000, | |
| Total | | 43.063.862, |

20206 - COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

R\$ 1,00

| Programa (Cod/Desc) | Ação (Cod/Desc) | PLOA |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| 0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 4101 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS | 500.000, |
| | 4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | 925.817, |
| | 4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO | 1.000.000, |
| 1458 - VETOR LOGÍSTICO LESTE | 10QR - RECUPERAÇÃO DA PLATAFORMA OPERACIONAL DOS BERÇOS 201 E 202 DO CAIS DE CAPUABA NO PORTO DE VITÓRIA (ES) | 15.100.000, |
| | 12IQ - ADEQUAÇÃO DA ESTRADA DE ACESSO AO CAIS DE CAPUABA NO PORTO DE VITÓRIA (ES) | 5.441.219, |
| | 12LJ - ESTUDOS E PROJETOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PORTO DE ÁGUAS PROFUNDAS - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO | 2.001.869, |
| | 1J79 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PORTUÁRIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE VITÓRIA - (ES) | 4.937.528, |
| | 20BA - PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA | 507.000, |
| | 3503 - AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE VITÓRIA (ES) | 3.284.592, |
| | 3E77 - RECUPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO INTERNO NO CAIS DE CAPUABA (ES) | 2.723.443, |
| | 3E79 - OBRAS DE CONTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CAIS DO PORTO DE VITÓRIA (ES) | 76.124.638, |
| 6504 - ESTUDOS E PROJETOS PARA RACIONALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO PORTUÁRIA E PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE | 9.733.924, | |
| Total | | 122.280.030, |

20207 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

R\$ 1,00

| Programa (Cod/Desc) | Ação (Cod/Desc) | PLOA |
|-----------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| 0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 3286 - INSTALAÇÃO DE BENS IMÓVEIS | 2.476.386, |
| | 4101 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS | 1.464.100, |
| | 4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | 1.100.000, |
| | 4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO | 1.100.000, |
| 1460 - VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL | 10DX - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA NO ESTADO DA BAHIA | 117.594, |
| | 10JR - IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AMORTIZAÇÃO DE ESFORÇOS PARA O CAIS DO PORTO DE SALVADOR (BA) | 3.000.000, |
| | 10JS - IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AMORTIZAÇÃO DE ESFORÇOS PARA O CAIS DO PORTO DE ILHÉUS (BA) | 2.000.000, |
| | 10P1 - REPOTENCIALIZAÇÃO DO SISTEMA DE MOVIMENTAÇÃO DE GRANÉIS SÓLIDOS DOS TGS I E II E PÁTIO DE MINÉRIOS DO PORTO DE ARATU (BA) | 3.200.000, |
| | 10P4 - ADEQUAÇÃO DAS VIAS INTERNAS DO PORTO DE ARATU (BA) | 10.000.000, |
| | 10PJ - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE SINALIZAÇÃO E BALIZAMENTO NÁUTICO NO PORTO DE ARATU (BA) | 5.000.000, |
| | 10Q3 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE SINALIZAÇÃO E BALIZAMENTO NÁUTICO NO PORTO DE ILHÉUS (BA) | 2.650.000, |
| | 10QF - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE SINALIZAÇÃO E BALIZAMENTO NÁUTICO NO PORTO DE SALVADOR (BA) | 5.000.000, |
| | 10VQ - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PORTUÁRIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SALVADOR (BA) | 153.648, |
| | 11TV - ESTUDOS E PROJETOS PARA DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE ILHÉUS (BA) | 524.181, |
| | 12LK - AMPLIAÇÃO DO QUEBRAMAR NO PORTO DE SALVADOR (BA) | 5.000.000, |
| | 12LL - ADAPTAÇÃO DE ARMAZÉM PARA TERMINAL MARÍTIMO DE PASSAGEIROS NO PORTO DE SALVADOR (BA) | 12.000.000, |
| | 1D39 - OBRAS DE CONTENÇÃO NO CAIS NA PONTA SUL NO PORTO DE SALVADOR (BA) | 1.795.136, |
| | 20BA - PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA | 461.600, |
| | 6504 - ESTUDOS E PROJETOS PARA RACIONALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO PORTUÁRIA E PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE | 5.000.000, |
| | Total | |

20208 - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP

R\$ 1,00

| Programa (Cod/Desc) | Ação (Cod/Desc) | PLOA |
|------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| 0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | 5.000.000, |
| | 4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO | 4.000.000, |
| 1461 - VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE | 10VR - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PORTUÁRIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SANTOS (SP) | 9.203.789, |
| | 10ZQ - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA AUTÔNOMO DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL E TRATAMENTO DE ESGOTOS NO PORTO DE SANTOS (SP) | 6.038.332, |
| | 122T - ESTUDOS E PROJETOS DA INFRAESTRUTURA DE ACESSOS TERRESTRES DO PORTO DE SANTOS (SP) | 6.720.000, |
| | 12LQ - REFORÇO DE CAIS PARA APROFUNDAMENTO DOS BERÇOS ENTRE OS ARMAZÉNS 12 AO 23 NO PORTO DE SANTOS (SP) | 10.000.000, |
| | 12LR - ALINHAMENTO DE CAIS NO PORTO DE SANTOS (SP) | 25.000.000, |
| | 12LS - CONSTRUÇÃO DE 2 PIÉRES DE ATRACAÇÃO E DE PONTE DE ACESSO NO TERMINAL DA ALAMOIA NO PORTO DE SANTOS (SP) | 7.200.000, |
| | 1C66 - IMPLANTAÇÃO DA AVENIDA PERIMETRAL PORTUÁRIA NO PORTO DE SANTOS - NO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ (SP) | 45.247.752, |
| | 1C67 - IMPLANTAÇÃO DA AVENIDA PERIMETRAL PORTUÁRIA NO PORTO DE SANTOS - NO MUNICÍPIO DE SANTOS (SP) | 10.200.000, |
| | 1K07 - ADEQUAÇÃO DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO PORTO DE SANTOS (SP) | 361.267, |
| | 20BA - PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA | 132.224, |
| | 3E66 - DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO CANAL DE ACESSO, NA BACIA DE EVOLUÇÃO E JUNTO AO CAIS NO PORTO DE SANTOS (SP) | 5.819.593, |
| | 3E67 - DERROGAGEM JUNTO AO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS (SP) | 8.067.728, |
| 3E69 - REMOÇÃO DE DESTROÇOS NO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS (SP) | 2.800.000, | |
| Total | | 145.790.685, |

| 20210 - COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP | | R\$ 1,00 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| Programa (Cod/Desc) | Ação (Cod/Desc) | PLOA |
| 0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | 500.000, |
| | 4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO | 3.500.000, |
| 1456 - VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO | 1004 - RESGATE DE SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO PORTO DE SANTARÉM (PA) | 600.000, |
| | 10V2 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PORTUÁRIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SANTARÉM (PA) | 661.000, |
| | 12L7 - AMPLIAÇÃO DO TERMINAL DE MÚLTIPLO USO 1 NO PORTO DE SANTARÉM (PA) | 7.200.000, |
| 1457 - VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE | 12L8 - CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE MÚLTIPLO USO 2 NO PORTO DE SANTARÉM (PA) | 8.000.000, |
| | 10KA - CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO TERMINAL DE OUTEIRO (PA) | 900.000, |
| | 10KB - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO NO TERMINAL DE OUTEIRO (PA) | 1.000.000, |
| | 10KJ - RECUPERAÇÃO DA MURALHA DO PORTO DE BELÉM (PA) | 1.000.000, |
| | 10KO - AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO DO PORTO DE VILA DO CONDE (PA) | 2.000.000, |
| | 10KP - RECUPERAÇÃO DO PIER 200 DO TERMINAL DE MIRAMAR (PA) | 2.500.000, |
| | 10OC - REVITALIZAÇÃO DE ARMAZÉNS NO PORTO DE BELÉM (PA) | 4.600.000, |
| | 10OH - CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO TERMINAL DE MIRAMAR (PA) | 1.500.000, |
| | 10OJ - RECUPERAÇÃO DAS VIAS DO TERMINAL PETROQUÍMICO DE MIRAMAR (PA) | 1.000.000, |
| | 10OO - CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO PARA APOIO ÀS OPERAÇÕES NA RAMP A ROLL-ON ROLL-OFF NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA) | 3.900.000, |
| | 10VU - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PORTUÁRIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE BELÉM (PA) | 1.500.000, |
| | 10V1 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PORTUÁRIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA) | 1.840.995, |
| | 118S - REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO DO PORTO DE BELÉM (PA) | 1.500.000, |
| | 11VH - ESTUDOS E PROJETOS PARA CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE MÚLTIPLO USO NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA) | 4.308.731, |
| | 11X0 - AMPLIAÇÃO DO PIER PRINCIPAL, ALARGAMENTO DO BERÇO 302 E DUPLICAÇÃO DA PONTE DE ACESSO NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA) | 66.131.306, |
| | 1305 - MELHORAMENTOS NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA) | 60.403, |
| | 1C85 - RECUPERAÇÃO DOS TALUDES DO PORTO DE VILA DO CONDE (PA) | 149.048, |
| 1C86 - CONSTRUÇÃO DE DOLPHINS DE ATRACAÇÃO NO PIER Nº 1 DO TERMINAL DE MIRAMAR (PA) | 4.100.000, | |
| 1D13 - INSTALAÇÃO DE DEFENSAS PORTUÁRIAS NO PORTO DE BELÉM (PA) | 1.000.000, | |
| 8504 - ESTUDOS E PROJETOS PARA RACIONALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO PORTUÁRIA E PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE | 8.332.000, | |
| Total | | 127.783.489, |

| 20211 - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ | | R\$ 1,00 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| Programa (Cod/Desc) | Ação (Cod/Desc) | PLOA |
| 0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 4101 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS | 1.000.000, |
| | 4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | 1.000.000, |
| 1458 - VETOR LOGÍSTICO LESTE | 4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO | 1.000.000, |
| | 100Y - RECUPERAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS INTERNAS DO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) | 1.300.000, |
| | 10VS - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PORTUÁRIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ) | 7.567.131, |
| | 10VW - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PORTUÁRIA (ISPS - CODE) NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) | 9.307.592, |
| | 11HG - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DEFENSAS NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) | 3.066.476, |
| | 12IE - RECUPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO INTERNO DO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ) | 985.436, |
| | 12IG - IMPLANTAÇÃO DE CENTRO AVANÇADO DE CONTROLE DE TRÁFEGO NO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ) | 10.033.923, |
| | 12II - COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS DO COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUÁRIO NO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ) | 600.000, |
| | 12LG - REFORÇO ESTRUTURAL DO CAIS DA GAMBOA NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) | 12.000.000, |
| | 12LH - REFORÇO ESTRUTURAL DO CAIS DE SÃO CRISTÓVÃO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) | 8.000.000, |
| | 12LI - IMPLANTAÇÃO DE 3 PIÉRES DE ATRACAÇÃO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) | 47.000.000, |
| | 131E - MODERNIZAÇÃO DE ELEVADORES DA SEDE DA CDRJ E DO PORTO DO RIO DE JANEIRO - (RJ) | 502.000, |
| | 20BA - PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA | 777.000, |
| | 3338 - CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE MINÉRIO, GUSA E PRODUTOS SIDERÚRGICOS NO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ) | 37.324, |
| | 3341 - DESAPROPRIAÇÃO PARA EXPANSÃO DE ÁREA NO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ) | 1.000.000, |
| | 3E70 - RECUPERAÇÃO DO ACESSO RODOFERROVIÁRIO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) | 4.479.540, |
| | 3E74 - AMPLIAÇÃO DA REDE ELÉTRICA NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) | 2.594.301, |
| 8504 - ESTUDOS E PROJETOS PARA RACIONALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO PORTUÁRIA E PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE | 7.867.876, | |
| 7376 - DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO CANAL DE ACESSO E NA BACIA DE EVOLUÇÃO DO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ) | 1.896.300, | |
| 7412 - OBRAS DE DEMARCAÇÃO E PROTEÇÃO DAS ÁREAS DO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ) | 2.133.000, | |
| Total | | 124.148.499, |

| 20212 - COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN | | R\$ 1,00 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|
| Programa (Cod/Desc) | Ação (Cod/Desc) | PLOA |
| 0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | 244.400, |
| | 4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO | 279.000, |
| 1459 - VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL | 10EE - AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS PORTOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | 100.000, |
| | 10IO - CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE ADMINISTRATIVA DO PORTO DE NATAL - (RN) | 4.500.000, |
| | 10RW - OBRAS DE RECUPERAÇÃO E DE ADEQUAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA NO PORTO DE NATAL (RN) | 100.000, |
| | 122V - AMPLIAÇÃO DO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA (RN) | 30.250.000, |
| | 12LN - CONSTRUÇÃO DO BERÇO 4 NO PORTO DE NATAL (RN) | 5.400.000, |
| | 12LP - ADAPTAÇÃO DE ARMAZÉM FRIGORÍFICO E DE GALPÃO PARA TERMINAL MARÍTIMO DE PASSAGEIROS NO PORTO DE NATAL (RN) | 13.158.131, |
| | 2C05 - MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA (RN) | 17.600.000, |
| | 2D18 - MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE NATAL (RN) | 5.700.000, |
| 8504 - ESTUDOS E PROJETOS PARA RACIONALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO PORTUÁRIA E PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE | 2.150.000, | |
| Total | | 79.481.531, |

Fonte: Siga Brasil

**CRÉDITOS ESPECIAIS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL
ÚLTIMOS QUATRO MESES DE 2010 - ÁREA VIII - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO**

ANEXO III

| PLN | ORGAO E UO BENEFICIÁRIOS | VALOR (R\$1,00) | GND | RP | PROGRAMA | FONTE DE RECURSOS | | |
|---------------------------|--------------------------|--------------------|------------|-----|--------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|------------------------------------------------------|
| 26 | JUSTIÇA FEDERAL | 12.101 | 2.500.000 | 4 | 2 | Prestação Jurisdicional na Justiça Federal | Excesso de arrec. de recursos de convênios | |
| | JUSTIÇA ELEITORAL | 14.102 | 650.000 | 4 | 2 | Gestão do Processo Eleitoral | Anulação parcial de dotação | |
| | | 14.103 | 141.096 | 4 | 2 | Gestão do Processo Eleitoral | | |
| | | 14.105 | 796.300 | 4 | 2 | Gestão do Processo Eleitoral | | |
| | | 14.106 | 1.000.000 | 4/5 | 2 | Gestão do Processo Eleitoral | | |
| | | 14.110 | 300.000 | 4 | 2 | Gestão do Processo Eleitoral | | |
| | | 14.113 | 918.000 | 4 | 2 | Gestão do Processo Eleitoral | | |
| | | 14.115 | 350.000 | 4 | 2 | Gestão do Processo Eleitoral | | |
| | | 14.116 | 375.000 | 4 | 2 | Gestão do Processo Eleitoral | | |
| | | 14.120 | 750.000 | 4 | 2 | Gestão do Processo Eleitoral | | |
| | 14.125 | 43.000 | 4 | 2 | Gestão do Processo Eleitoral | | | |
| | JUSTIÇA DO TRABALHO | 15.106 | 2.550.000 | 4 | 2 | Prestação jurisdicional trabalhista | Anulação parcial de dotação e superávit financeiro | |
| | | 15.109 | 1.450.000 | 4 | 2 | Prestação jurisdicional trabalhista | | |
| | | 15.110 | 610.000 | 4 | 2 | Prestação jurisdicional trabalhista | | |
| | Justiça do DF e dos T | 16.101 | 600.000 | 4 | 2 | Prestação Jurisdicional no Distrito Federal | Anulação parcial de dotação | |
| PRES. DA REPÚBLICA | 20.121 | 3.947.009 | 4 | 2 | Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei - Pró-Sinase | Anulação parcial de dotação | | |
| | 20.928 | 3.000.000 | 3 | 2 | Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei - Pró-Sinase | | | |
| MPU | 34.102 | 2.187.500 | 4 | 2 | Defesa da ordem jurídica | Anulação parcial de dotação | | |
| 51 | JUSTIÇA DO TRABALHO | 15.101 | 250.000 | 3 | 2 | Prestação jurisdicional trabalhista | Anulação parcial de dotação | |
| | PRES. DA REPÚBLICA | 20.128 | 1.000.000 | 4 | 3 | Vetor Logístico Sul | Anulação parcial de dotação | |
| | MRE | 35.101 | 3.775.000 | 4 | 2 | Relações e Negociações do Brasil no Exterior e Atendimento Consular | Anulação parcial de dotação | |
| 60 | PRES. DA REPÚBLICA | 20.121 | 96.000 | 3 | 1 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | Anulação parcial de dotação no MPOG | |
| 67 | JUSTIÇA DO TRABALHO | 15.102 | 15.000 | 3 | 1 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | Anulação parcial de dotação no MPOG | |
| 68 | PRES. DA REPÚBLICA | 20.207 | 7.946.280 | 4 | 2 | Vetor Logístico Nordeste Meridional | Anulação parcial de dotação | |
| 85 | CÂMARA DEPUT. | 01.101 | 2.000.000 | 4 | 2 | Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados | Anulação parcial de dotação | |
| | CÂMARA DEPUT. | 01.101 | 1.500 | 3 | 2 | Operações Especiais: Gestão da participação em organismos internacionais | | |
| | SENADO FEDERAL | 02.103 | 450.000 | 3 | 2 | Atuação Legislativa do Senado Federal | | |
| | JUSTIÇA FEDERAL | 12.101 | 25.396.831 | 4/5 | 2 | Prestação jurisdicional na justiça federal | | |
| | | 12.104 | 20.011.228 | 5 | 2 | Prestação jurisdicional na justiça federal | | |
| | | 12.106 | 6.900.000 | 5 | 2 | Prestação jurisdicional na justiça federal | | |
| | JUSTIÇA ELEITORAL | 14.103 | 102.000 | 5 | 2 | Gestão do processo eleitoral | | |
| | | 14.107 | 19.296 | 4 | 2 | Gestão do processo eleitoral | | |
| | | 14.109 | 454.000 | 4/5 | 2 | Gestão do processo eleitoral | | |
| | | 14.112 | 790.000 | 4 | 2 | Gestão do processo eleitoral | | |
| | | 14.118 | 35.961 | 4 | 2 | Gestão do processo eleitoral | | |
| | | 14.122 | 1.080.000 | 4 | 2 | Gestão do processo eleitoral | | |
| | | 14.126 | 150.000 | 4 | 2 | Gestão do processo eleitoral | | |
| | JUSTIÇA DO TRABALHO | 15.107 | 2.300.000 | 4 | 2 | Prestação jurisdicional trabalhista | | Anulação parcial de dotação e excesso de arrecadação |
| | | 15.112 | 1.568.895 | 3 | 2 | Prestação jurisdicional trabalhista | | |
| PRES. DA REPÚBLICA | 20.128 | 46.000.000 | 5 | 3 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | Anulação parcial de dotação | | |
| | 34.101 | 4.500.000 | 4 | 2 | Defesa da ordem jurídica | | | |
| MPU | 34.102 | 1.500.000 | 4 | 2 | Defesa da ordem jurídica | Anulação parcial de dotação | | |
| | 34.104 | 1.250.000 | 4 | 2 | Defesa da ordem jurídica | | | |
| | 20.208 | 15.000.000 | 4 | 2 | Vetor Logístico Centro-Sudeste | | | |
| PRES. DA REPÚBLICA | 20.211 | 31.000.000 | 4 | 2 | Vetor Logístico Leste | Aumento de capital da União | | |
| | | | | | | | | |
| Total dos Créditos | | 195.759.896 | | | | | | |

Fonte: CMO